



# Reflexões sobre o caráter coletivo da (re)elaboração do PPP: um relato de experiência

*Alana Kelly Costa da Silva;  
Ester Rayane da Silva Bezerra;  
Maria Eduarda Medeiros de Araújo.*

# 1

Este trabalho é produto de reflexão da nossa experiência durante o estágio obrigatório de gestão e coordenação do curso de pedagogia, que realizamos em um CMEI da zona sul de Natal. A instituição é bem pequena, possui apenas 6 turmas: três pelo turno matutino e três no turno vespertino. O corpo docente é composto por seis professoras e dez estagiários. A gestão da escola fica a cargo de: uma gestora administrativo-financeira, uma gestora pedagógica e uma coordenadora pedagógica, todas pedagogas formadas. Além da equipe pedagógica, a equipe escolar também é composta por três auxiliares de serviços gerais e de limpeza, uma merendeira, uma auxiliar de cozinha e quatro porteiros. Os alunos que frequentam a instituição têm entre 1 e 6 anos e são moradores do próprio bairro ou de bairros localizados nos arredores. Como é um contexto de uma classe economicamente média, os alunos seguem esse perfil, tendo exceções.

Durante as experiências, podemos vivenciar o esforço da coordenadora pedagógica que estávamos acompanhando para atualizar o Projeto Político e Pedagógico da instituição. O documento tinha sido finalizado em 2017, na gestão anterior, e houve uma tentativa de atualização em 2019, porém sem êxito devido à pandemia. Nesse contexto, no início do ano de 2022 houve uma mobilização por parte da coordenação em realizar a atualização deste documento.

Nesse percurso, fomos orientadas a dar contribuições para a construção que estava em andamento por meio de pesquisas sobre a metodologia de projetos - que é a utilizada pelos professores da instituição. A coordenadora pediu também para que estu-

dássemos sobre o que a BNCC trazia para a Educação Infantil e de que forma isso poderia contribuir para o documento da escola. Além disso, foi nos disponibilizada uma cópia do PPP para que realizássemos leituras e entendêssemos como estava estruturado o documento.

Com o intuito de uma participação coletiva, a coordenadora dividiu pontos do PPP para cada professor, sendo assim, cada professor seria responsável por pesquisar e construir seu tópico e levar suas contribuições à gestão. Tentamos, então, perceber de que forma seria essa dinâmica do grupo escolar, buscamos entender no dia a dia do trabalho da coordenação

como seria possível essa construção coletiva. Notamos, então, a ausência de participação da comunidade escolar, dos pais e dos responsáveis pelas crianças, assim como percebemos uma dinâmica estratificada de divisão do PPP em partes para contribuição dos professores. Desse modo, iniciamos uma reflexão sobre o caráter coletivo dessa reelaboração, pensando de que maneira o Projeto Político e Pedagógico da instituição toca a comunidade, e a importância do papel da coletividade nessa construção.

### **A experiência**

A partir da exigência de uma carga horária mínima de 40 horas em visita ao CMEI em questão, a experiência foi dividida em aproximadamente 8 encontros nos quais duas estudantes de pedagogia frequentaram a instituição no período vespertino e uma estudante esteve presente durante o turno matutino.

Diante disso, as vivências foram diversificadas, visto que a coordenadora supervisora do estágio estava na escola, em sua maior parte do tempo, pela manhã. Ademais, o CMEI se classifica como de pequeno porte, com apenas 6 turmas, três em cada turno. Já a equipe de gestão e coordenação é composta por uma coordenadora pedagógica, uma gestora financeira e uma gestora pedagógica. Além disso, a equipe de funcionários terceirizados (responsáveis pela cozinha, segurança, manutenção local, etc) também não é extensa. Logo, a escola possui um perfil acolhedor e coletivista e de boa receptividade aos estagiários.

Nesse sentido, a atividade dominante foi baseada em leituras e pesquisas teóricas acerca da reformulação do PPP do CMEI, que se encontra desatualizado em decorrência da pandemia. Esse ano ele pôde começar a ser alterado a fim de se obter as adequações necessárias com relação a Base Nacional Comum Curricular. Além disso, era necessário que ele espelhasse o caráter de gestão democrática presente no Plano de Ação da coordenadora pedagógica, imprescindível no projeto da escola, para permitir que todos os personagens escolares possam exercer sua cidadania, assim como afirma Porto (2015):

A gestão participativa, para fazer com que alunos, pais, professores, coordenadores e gestores tenham a oportunidade de exercer uma cidadania ativa e responsável e se sintam juntos, responsáveis na formação dos cidadãos que pretendem formar. (PORTO, 2015. p. 8)

Ademais, na revisão coletiva tem-se a possibilidade de reflexão e atualização de práticas tanto dos docentes quanto da ges-

tão e dos demais funcionários, sendo ferramenta de um fazer democrático, reflexivo e dinâmico.

Seguindo o contexto das vivências, a outra parte dos encontros foi representada pelo acompanhamento das demandas da gestão e coordenação e da participação em atividades gerais, por exemplo: auxílio em decoração, organização de documentos, assessoramento em reuniões, planejamentos, elaboração de relatórios e auxílio a equipe pedagógica em eventos e atividades diárias.

Diante do relevante cenário de reformulação do Projeto Político Pedagógico em que o CMEI se encontrava, por intermédio das orientações da coordenadora pedagógica, as estagiárias que estavam visitando a escola no período da tarde foram responsáveis por pesquisar e ler sobre a BNCC e a educação infantil em prol de assessorar esse processo. Já a estagiária presente no turno matutino ficou responsável pela parte que diz respeito à avaliação do PPP. Durante o processo, foi disponibilizado um notebook da escola, espaço com mesa e cadeiras em um corredor. Visto que o CMEI é pequeno, não havia salas específicas e disponíveis para as próprias funcionárias da gestão e coordenação, ou seja, o improvisado de locais de trabalho é algo cotidiano.

Além disso, também estive à disposição das estagiárias o acervo bibliográfico do corpo docente do CMEI, em que foi utilizado o livro “Avaliação e educação infantil: um olhar reflexivo e sensível sobre a criança” da autora Jussara Hoffman, uma vez que representava os ideais e princípios da gerência e coordenação da escola.

Assim, foi feita uma análise do PPP e em

seguida foi elaborado um material em prol de colaborar com a sua reformulação, apontando questões problemáticas, obsoletas e/ou incoerentes presentes no documento; tecendo comentários e anexando a esse material contribuições referentes à diversas partes do PPP; expondo segmentos que “deixavam a desejar”. Esse trabalho foi de suma importância, visto que o Projeto Político Pedagógico é o esqueleto que rege o pensar e executar de um ambiente escolar, um documento jamais neutro, além de ser passível de expor os valores e a identidade da instituição e da comunidade regente.

### **A importância da participação coletiva na construção do PPP**

Determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, o Projeto Político Pedagógico faz parte de uma política educacional que visa democratizar a gestão escolar. Se institui por meio da supracitada lei enquanto um dos instrumentos que busca efetivar a gestão democrática do ensino público prevista no inciso IV do artigo 206 da nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Ao discutirem a finalidade dessa política, Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 178) afirmam que “O projeto político-pedagógico (PPP) é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares”. Evidenciamos nessa discussão que a proposição de tais mecanismos – subsequentes ao início do processo de redemocratização nacional – ainda não completou três

décadas.

Desde sua criação, a realização do PPP, considerada sua função e seus objetivos dentro do contexto histórico e social em que o documento foi proposto, certamente se configurou como um desafio. Isso em parte se justifica pela própria necessidade de transição entre a cultura escolar vigente – pautada por dinâmicas autoritárias e hierárquicas – e a cultura de uma escola democrática, uma vez que esta é pautada por valores, rotinas e práticas incompatíveis com as presentes nas instituições desde então até os dias de hoje.

Contextualizando o caráter recente da proposição de políticas de gestão democrática e as condições culturais com as quais esse instrumento dialoga no contexto de prática desta política pública, percebemos no campo de estágio que a elaboração do PPP, dentro de uma perspectiva participativa, continua se chocando com condições adversas.

Veiga (1998, p. 7) argumenta que “a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa”. Enquanto estagiárias, reforçamos que quem deve pensar as proposições políticas e pedagógicas registradas no PPP são aquelas e aqueles que convivem direta e regularmente com os conflitos e problemas presentes na escola. Uma vez que constroem a identidade da escola e podem, portanto, intencionalmente, atravessar esses desafios a partir de projetos de autoria coletiva. Entretanto, ainda que a concepção, realização e avaliação de um projeto educativo seja de responsabilidade da instituição escolar, sendo “constru-

ído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo”, conforme reforça Veiga (1998, p. 1), um dos obstáculos centrais é o esvaziamento do sentido do PPP para os agentes escolares. Não há uma compreensão geral e consensual da comunidade sobre esse documento enquanto um dos recursos que pode promover uma discussão sistemática acerca da empreitada coletiva que é (ou deve ser) a educação formal pública.

A potência política e pedagógica do processo de (re)elaboração de um PPP tanto se dilui nos corredores quanto se concentra atrás de birôs. Os contratempos do cotidiano de uma escola da Educação Infantil municipal – em seu primeiro ano de retomada das aulas presenciais e lidando com os desdobramentos de uma pandemia de ordem mundial – são tamanhos que a discussão coletiva do PPP não se insere efetivamente na rotina. Desprovidas desses espaços, as avaliações casuais se dão de maneira recorrente nos corredores da escola – entre as pautas estão demandas pertinentes à gestão das pessoas e dos recursos materiais da instituição, porém, não se pensa coletivamente em soluções. O poder de deliberar a respeito dessas questões é entendido como tarefa dos funcionários diretamente responsáveis pelas funções de gestão e coordenação.

Para Vasconcelos (2004, p. 24) “O PPP é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a escola a enfrentar seus desafios de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica e, principalmente, participativa”. As conversas reservadas aos corredores demonstram que a equipe

tem inquietações e se preocupa com o trabalho desenvolvido. Uma vez introduzidos a uma cultura de participação, esses agentes certamente teriam propriedade para discutir globalmente toda ordem de problemas que interferem na realização de um projeto educativo, além de construir uma visão plural que subsidiaria reflexões qualificadas e proporcionaria uma atuação efetiva ao propor soluções.

Entretanto, espaços que promovam o desenvolvimento de uma cultura de participação ainda não são comuns e, uma vez que o PPP não é tratado dentro de sua finalidade principal enquanto instrumento da gestão democrática, sua elaboração coletiva ainda não encontra lugar na escola. Esse processo, por sua vez, acaba se transfigurando enquanto uma demanda extra (e, em alguma medida, sem sentido comunitário) dentro da escola e, também por isso, acaba relegado a certos profissionais dentro da equipe. Além de ser pouco priorizado e, consequentemente, raramente tratado coletivamente ou mesmo mencionado por outros membros da comunidade escolar.

## CONCLUSÃO

A experiência vivenciada no estágio de gestão e coordenação é de suma importância para a formação de uma/um pedagoga/o, pois permite, de fato, presenciar, compreender e refletir acerca de uma área prática da pedagogia em que ainda existem estereótipos e suposições sobre os cargos em questão.

Desse modo, é possível trazer o estudante e futuro profissional para perto da realidade do chão da escola e lhe conceder o

livre arbítrio acerca dos afunilamentos de saberes e interesses durante o curso. Esse componente de estágio não é algo recente, e durante as interações com os profissionais atuantes nesse espectro, é notória a presença de relatos de despreparo inicial no exercício da carreira por ausência de contato com esses cargos. Ou seja, é possível definir essa experiência em uma palavra: privilégio.

Ademais, de forma mais específica, o CMEI em questão possui demasiado potencial de se aproximar da almejada gestão democrática, levando em consideração seu pequeno porte. Entretanto, foi visto uma “capa” de senso de coletividade, uma vez que as reformulações do PPP não eram de fato socializadas e nem contavam com a participação de toda a comunidade escolar e externa. O documento foi repartido e direcionado para funcionários específicos o realizarem.

Portanto, é inquietante pensar o que faltou para a realização desse feito escrito e fortalecido em planos, mas a gestão e coordenação possuem demasiadas atribuições e responsabilidades de forma simultânea. Para isso, é exigido postura, organização, empatia e responsabilidade. Logo, partindo do pressuposto que esses profissionais são constantemente pressionados a executarem um papel extremamente relevante, é compreensível que a realidade da prática não se esbarre sempre com a teoria. Planos não podem prever a imprevisibilidade que é estar na gerência e coordenação de uma escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 dez. 2022.

LIB NEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Docência em Formação).

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Mediação, 2002.

PORTO, M. **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO ESCOLAR: Uma Relação Democrática**. Monografia (Especialista em coordenação pedagógica). Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Centro de Formação Continuada de Professores, Universidade de Brasília. Brasília (DF), 2015.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**, São Paulo, Libertad, 5ª ed. 2004.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.